



# BOLETIM DA REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

IMPrensa Nacional de Moçambique, E.P.

## AVISO

A matéria a publicar no «Boletim da República» deve ser remetida em cópia devidamente autenticada, uma por cada assunto, donde conste, além das indicações necessárias para esse efeito, o averbamento seguinte, assinado e autenticado: **Para publicação no «Boletim da República».**

## SUMÁRIO

Comissão Interministerial da Administração Pública:

**Resolução n.º 12/2015:**

Aprova o Estatuto Orgânico do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.

**Resolução n.º 13/2015:**

Aprova os Qualificadores Profissionais das Carreiras Médico e Médico Dentista, constante do Anexo II ao Decreto n.º 54/2009, de 8 de Setembro.

## COMISSÃO INTERMINISTERIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**Resolução n.º 12/2015**

de 1 de Julho

Havendo necessidade de aprovar o Estatuto Orgânico do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, criado pelo Decreto Presidencial n.º 1/2015, de 16 de Janeiro, ao abrigo do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 3/2015, de 20 de Fevereiro, e no uso das competências delegadas pelo Conselho de Ministros nos termos do artigo 1 da Resolução n.º 7/2015, de 20 de Abril, a Comissão Interministerial da Administração Pública delibera:

Artigo 1. É aprovado o Estatuto Orgânico do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas, em anexo, que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2. Compete ao Ministro do Mar, Águas interiores e Pescas aprovar o Regulamento Interno do Ministério, no prazo de sessenta dias contados a partir da data publicação do presente Estatuto Orgânico, ouvidos os Ministros que superintendem as áreas das Finanças e da Administração Estatal e Função Pública.

Art. 3. Compete ao Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas submeter o Quadro de Pessoal à aprovação do órgão competente, no prazo de noventa dias contados a partir da data da publicação do presente Estatuto Orgânico.

Art. 4. É revogada a Resolução n.º 38/2010, de 22 de Dezembro, da Comissão Interministerial da Função Pública.

Art. 5. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Comissão Interministerial da Administração Pública, aos 21 de Maio de 2015.

Publique-se.

A Presidente, *Carmelita Rita Namashulua*.

## Estatuto Orgânico do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas

### CAPÍTULO I

#### Disposições gerais

#### ARTIGO 1

#### (Natureza)

O Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas é o órgão central do Estado que, de acordo com os princípios, objectivos, prioridades e tarefas definidos pelo Governo, dirige, coordena, planifica e assegura a execução de políticas, estratégias e planos de actividades nas áreas do mar, águas interiores e pescas.

#### ARTIGO 2

#### (Atribuições)

São atribuições do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas:

- Exercício da autoridade do Estado sobre os assuntos do mar, águas interiores e pescas;
- Autorização e fiscalização do ordenamento, concessões, investigação e demais actividades que demandam a utilização do mar, águas interiores e respectivos ecossistemas, em articulação com outros organismos;
- Promoção do uso e aproveitamento dos recursos do mar, águas interiores e respectivos ecossistemas;
- Promoção e coordenação da regulamentação da utilização sustentável da água, prevenção e redução da poluição do meio aquático e melhoria do estado dos respectivos ecossistemas.

## ARTIGO 3

**(Competências)**

Para o exercício das suas atribuições, compete ao Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas:

a) Na área de administração e segurança nos espaços marítimos, fluviais e lacustres:

- i. Propor a definição de políticas e estratégias sobre assuntos do mar e águas interiores;
- ii. Ordenar os espaços marítimos, fluviais e lacustres e do domínio público da zona costeira, definindo os fins para a sua utilização;
- iii. Pronunciar-se sobre a constituição, gestão responsável e sustentável das áreas de conservação, nas águas marinhas e interiores e respectivos ecossistemas;
- iv. Participar na elaboração de políticas e estratégias de aproveitamento de recursos hídricos;
- v. Enquadrar e coordenar a actuação de organizações da sociedade civil nos assuntos do mar, águas interiores e pescas;
- vi. Aplicar e zelar pelo cumprimento da legislação nacional e das convenções internacionais relativas aos assuntos marítimos que o país tenha ratificado;
- vii. Assegurar a exploração sustentável das massas de água marinhas, fluviais e lacustres para o desenvolvimento da pesca e aquacultura;
- viii. Apreciar e decidir, em coordenação com a entidade do governo competente, sobre a realização de pesquisas relacionadas com projectos de natureza arqueológica e achados no mar;
- ix. Licenciar, credenciar e proceder ao reconhecimento de sociedades classificadoras de navios e de material marítimo, em coordenação com outros órgãos ou entidades relevantes;
- x. Promover e coordenar as actividades marítimas, fluviais e lacustres de busca e salvamento;
- xi. Emitir pareceres e recomendações sobre planos e projectos de instalação de infra-estruturas e de realização de obras no mar e águas interiores, em coordenação com outros órgãos ou entidades relevantes;
- xii. Assegurar o estabelecimento e manutenção das condições de segurança marítima, fluvial e lacustre para a realização de actividades nos referidos domínios;
- xiii. Licenciar, monitorizar e fiscalizar as actividades de investigação no mar e águas interiores, em coordenação com outros órgãos ou entidades relevantes;
- xiv. Participar na prevenção e combate à poluição marinha, fluvial, lacustre e dos respectivos ecossistemas.

b) Na área de desenvolvimento e gestão de infra-estruturas de apoio à navegação, pesca e aquacultura:

- i. Propor a definição de políticas e estratégias para a implementação de medidas de ordenamento para o desenvolvimento de infra-estruturas;

ii. Licenciar e inspeccionar as concessões de uso e aproveitamento dos espaços marítimos, fluviais e lacustres;

iii. Avaliar os impactos de iniciativas de desenvolvimento e de implantação de infra-estruturas, sobre os recursos aquáticos e respectivos ecossistemas, bem como a regulamentação das medidas de redução e mitigação dos impactos negativos;

iv. Promover o desenvolvimento da indústria naval e das infra-estruturas de apoio e a gestão da sua utilização, no âmbito da construção e reparação naval, actividades pesqueiras e de outros serviços co-relacionados;

v. Inspeccionar a instalação de infra-estruturas portuárias e de apoio à navegação marítima e actividades afins;

vi. Assegurar a gestão das infra-estruturas e equipamento pesqueiro públicos, bem como definir o regime da sua exploração;

vii. Licenciar e inspeccionar o desenvolvimento e exploração de infra-estruturas portuárias de apoio à pesca, aquacultura e actividades afins.

c) Na área de meteorologia marítima e hidrológica:

i. Assegurar o desenvolvimento de estudos e pesquisa no domínio da meteorologia marítima e hidrológica;

ii. Monitorar a disponibilização de informação meteorológica e hidrológica, necessária para a segurança no mar e águas interiores.

d) Na área de fiscalização de actividades no mar e águas interiores:

i. Propor a definição de políticas e estratégias para uma eficaz fiscalização e controlo dos recursos naturais vivos e não vivos;

ii. Coordenar a fiscalização das actividades de aproveitamento económico dos recursos naturais vivos e não vivos, a investigação, os estudos sísmicos e demais actividades relacionadas com a utilização do mar e águas interiores;

iii. Emitir licenças de estabelecimentos e respectivo equipamento e material marítimo, bem como fiscalizar o exercício das suas actividades;

iv. Assegurar a certificação da legalidade das capturas do pescado de acordo com as normas nacionais e internacionais.

e) Na área de administração e gestão de pescarias:

i. Propor a definição de políticas e estratégias para o desenvolvimento responsável e sustentável da pesca;

ii. Assegurar a gestão, conservação e exploração sustentável dos recursos biológicos aquáticos e estabelecer mecanismos de monitorização e controlo das actividades de pesca;

iii. Gerir as operações de pesca levadas a cabo quer nas águas marítimas, quer nas águas interiores sob jurisdição nacional, de acordo com os planos de ordenamento e legislação;

iv. Promover e apoiar formas institucionais de envolvimento das comunidades pesqueiras, agentes económicos e demais actores na gestão participativa dos recursos pesqueiros;

v. Regulamentar, licenciar e monitorar a exploração dos recursos pesqueiros.

f) Na área de fomento e extensão:

- i. Propor a definição de políticas, estratégias e programas de fomento e extensão em assuntos do mar, águas interiores e pescas;
- ii. Promover o desenvolvimento da pesca e aquacultura, tendo em vista aumentar a capacidade dos operadores na produção, valorização, gestão e comercialização dos produtos pesqueiros nacionais;
- iii. Promover acções de mobilização de investimentos para o desenvolvimento da indústria de transformação pesqueira;
- iv. Promover acções de extensão com envolvimento directo das comunidades de pescadores e aquacultores de pequena escala.

g) Na área de inspecção e certificação hígio-sanitária dos produtos de origem aquática e sanidade dos organismos aquáticos:

- i. Propor a definição de políticas, estratégias e planos no que respeita à qualidade hígio-sanitária dos produtos da pesca;
- ii. Propor a aprovação de princípios reguladores e estabelecer normas técnicas das actividades de inspecção dos produtos de origem aquática e de laboratórios;
- iii. Proceder ao licenciamento das unidades produtivas, à inspecção e certificação sanitária dos produtos de origem aquática destinados ao mercado interno e à exportação, assim como dos produtos importados;
- iv. Licenciar e inspecionar estabelecimentos de manuseamento de organismos aquáticos vivos;
- v. Promover e apoiar formas institucionais de envolvimento das comunidades nos sistemas de garantia de qualidade dos produtos alimentares de origem aquática, bem como na cadeia de valor da produção pesqueira;
- vi. Promover a monitorização e a certificação da sanidade dos organismos aquáticos em coordenação com a Autoridade Veterinária competente.

h) Na área de investigação científica:

- i. Propor a definição de políticas e estratégias orientadas para o desenvolvimento das bases científicas e tecnológicas do conhecimento sobre os espaços marítimos, fluviais e lacustres, bem como dos respectivos ecossistemas;
- ii. Investigar recursos pesqueiros e promover o desenvolvimento das bases científicas e tecnológicas do conhecimento sobre os recursos, bem como disseminar a informação obtida;
- iii. Promover a coordenação e desenvolvimento de acções de investigação científica dos recursos biológicos aquáticos com vista a garantir o conhecimento, o acesso, aproveitamento e sua monitoria;
- iv. Realizar cruzeiros de investigação e avaliação, incluindo a prospecção de novos recursos pesqueiros;
- v. Promover a coordenação de acções de investigação tendentes a conservação e recuperação de ambientes naturais e seus recursos no meio aquático;
- vi. Realizar estudos de diagnóstico, controlo e mitigação da poluição no meio aquático;

vii. Realizar estudos, pesquisas e exercer a salvaguarda do património cultural e natural aquático, arqueológico subaquático e pesqueiro.

i) Na área de formação marítima e pesqueira:

- i. Propor a definição de políticas e estratégias de formação especializada para o sector do mar, águas interiores e pescas;
- ii. Assegurar, em coordenação com as entidades competentes, a definição de curricula e programas de formação;
- iii. Promover a formação e capacitação de técnicos, tendo em vista o desenvolvimento das profissões marítimas e pesqueiras.

## CAPÍTULO II

### Sistema orgânico

#### ARTIGO 4

##### (Estrutura orgânica)

O Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas tem a seguinte estrutura:

- a) Inspecção do Mar, Águas Interiores e Pescas;
- b) Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira;
- c) Direcção Nacional de Operações;
- d) Direcção de Estudos, Planificação e Infra-estruturas;
- e) Gabinete Jurídico;
- f) Gabinete do Ministro;
- g) Departamento de Recursos Humanos;
- h) Departamento de Administração e Finanças;
- i) Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação;
- j) Departamento de Comunicação e Imagem;
- k) Departamento de Aquisições.

#### ARTIGO 5

##### (Instituições tuteladas)

São instituições tuteladas pelo Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas:

- a) Administração Nacional das Pescas;
- b) Instituto Nacional de Desenvolvimento de Aquacultura;
- c) Instituto Nacional de Inspecção do Pescado;
- d) Fundo de Fomento Pesqueiro;
- e) Museu das Pescas;
- f) Outras instituições como tal definidas nos termos da legislação aplicável.

#### ARTIGO 6

##### (Instituições subordinadas)

São instituições subordinadas ao Ministério do Mar, Pescas e Águas Interiores:

- a) Instituto Nacional de Investigação Pesqueira;
- b) Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca de Pequena Escala;
- c) Outras instituições como tal definidas nos termos da legislação aplicável.

## CAPÍTULO III

### Funções das unidades orgânicas

#### ARTIGO 7

##### (Inspecção do Mar, Águas Interiores e Pescas)

1. São funções da Inspecção do Mar, Águas Interiores e Pescas:

- a) Realizar de forma periódica e planificada ou por determinação superior, inspecções aos órgãos do Ministério e às instituições tuteladas;

- b) Fiscalizar a correcta administração de meios humanos, materiais e financeiros postos à disposição das instituições tuteladas;
- c) Prestar informações sobre as condições de funcionamento, de organização e de eficiência das áreas inspeccionadas e propor as devidas correcções;
- d) Realizar inquéritos e sindicâncias por determinação superior;
- e) Efectuar estudos e exames periciais;
- f) Elaborar pareceres ou relatórios informativos no âmbito das suas atribuições;
- g) Comunicar o resultado das inspecções as entidades inspeccionadas em conformidade com o princípio do contraditório;
- h) Garantir o cumprimento das normas de segredo do Estado;
- i) Verificar o relacionamento entre os órgãos e instituições tuteladas do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas;
- j) Verificar o tratamento das petições, reclamações e sugestões, emitindo recomendações e propondo as necessárias acções correctivas;
- k) Participar no processo de implementação do subsistema do controlo interno no âmbito do Sistema de Administração Financeira do Estado;
- l) Colaborar na instrução de processos disciplinares ou em outras acções do âmbito disciplinar, sempre que superiormente determinado;
- m) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. A Inspecção do Mar, Águas Interiores e Pescas é dirigida por um Inspector-Geral Sectorial, coadjuvado por um Inspector-Geral Sectorial Adjunto.

#### ARTIGO 8

##### (Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira)

1. São funções da Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira:

- a) No domínio de Políticas:
  - i. Coordenar o desenvolvimento das acções de planeamento e ordenamento dos espaços marítimos e das águas interiores, visando a definição dos fins da sua utilização;
  - ii. Coordenar e dirigir os processos de formulação de propostas de políticas e estratégias sectoriais sobre assuntos do mar, águas interiores e pescas, respectivos programas de acção e os projectos necessários à sua implementação e avaliação;
  - iii. Coordenar as acções de promoção das potencialidades de aproveitamento económico do mar e dos seus recursos, bem como o das águas interiores;
  - iv. Conceber e coordenar a implementação de acções de comunicação, sensibilização e mobilização da sociedade para a importância do mar, de entre outros, assegurando a articulação e a ligação às comunidades locais, empresarial, científica e tecnológica;
  - v. Supervisar a implementação das políticas de desenvolvimento do sector pelas unidades orgânicas e instituições do sector e emitir recomendações que se revelarem pertinentes;

- vi. Acompanhar, avaliar e adoptar, quando se mostrem vantajosas para o país, as estratégias de actuação internacional dos diversos serviços e organismos no âmbito do mar e oceanos, designadamente no âmbito do projecto de extensão da plataforma continental, entre outros;
- vii. Apoiar o desenvolvimento e execução da política do ensino e formação no âmbito das pescas, actividade náutica, dos portos e do transporte marítimo e do conhecimento, investigação visando desenvolver a economia do mar e águas interiores;
- viii. Zelar pelo cumprimento da legislação nacional e das convenções internacionais relativas aos assuntos marítimos, fluviais e lacustres que o país tenha ratificado;
- ix. Enquadrar, cadastrar e avaliar a actuação das organizações da sociedade civil nas questões do mar e águas interiores;
- x. Promover a elaboração e ou dar parecer, sobre os instrumentos de planeamento e de gestão territorial, assegurando a sua articulação, nomeadamente no âmbito da gestão integrada da zona costeira;
- xi. Promover a elaboração de estudos e definir as metodologias da sistematização de dados estatísticos sobre a hidrologia no país;
- xii. Apreciar e decidir, em coordenação com a entidade do governo competente, sobre a realização de pesquisas relacionadas com projectos de natureza arqueológica e achados no mar e águas interiores;
- xiii. Monitorizar a disponibilização de informação meteorológica e hidrológica, necessária para a segurança no mar e águas interiores que possam afectar o desenvolvimento das actividades nos espaços marítimos, fluviais e lacustres;
- xiv. Coordenar a elaboração de planos de maneio, para a utilização dos recursos hídricos nas albufeiras;
- xv. Analisar e avaliar os relatórios de peritagens de entidades nacionais, estrangeiras e internacionais especializadas em matérias do mar e águas interiores;
- xvi. Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

b) No domínio da Cooperação Internacional:

- i. Propor programas, projectos e acções de cooperação internacional;
- ii. Coordenar e monitorar a execução de programas, projectos e acções de cooperação internacional;
- iii. Coordenar o processo de negociações no âmbito da estratégia de actuação internacional dos diversos serviços e organismos no âmbito do mar, oceanos e pescas;
- iv. Garantir a representação do Ministério e participar nos fora internacionais relacionados com o mar, águas interiores, pescas e aquacultura;
- v. Garantir a representação do Ministério e participar, em articulação com outros organismos do Governo competentes, na discussão e negociação sobre a partilha e utilização dos rios e lagos internacionais para os diversos fins;



- vi. Promover a adesão, celebração e implementação de convenções e acordos internacionais;
- vii. Participar, quando solicitado, na preparação de convenções e acordos com parceiros de cooperação;
- viii. Assegurar a participação do sector em acções de definição de políticas e estratégias de outros sectores e ou outros órgãos do Governo nas quais estejam em análise a formulação de programas ou projectos de desenvolvimento económico do país com orientação para o mar, águas interiores e pesca;
- ix. Assegurar a participação do Ministério nos processos de diálogo e alinhamento das posições regional e internacional sobre matérias de interesse nacional no domínio do mar águas interiores e pescas;
- x. Assegurar a observância da implementação dos tratados, acordos bilaterais ou protocolos e demais resoluções e recomendações emanadas de Organizações Regionais e Internacionais de que Moçambique é Estado membro;
- xi. Elaborar monografias técnicas e colectar dados sobre organismos internacionais marítimos, de pescas e aquacultura;
- xii. Criar e gerir uma base de dados dos compromissos internacionais atinentes as atribuições e competências do Ministério;
- xiii. Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. A Direcção Nacional de Políticas Marítima e Pesqueira é dirigida por um Director Nacional, coadjuvado por um Director Nacional Adjunto.

#### ARTIGO 9

##### (Direcção Nacional de Operações)

1. São funções da Direcção Nacional de Operações:

- a) Fiscalizar as actividades de exploração económica e da utilização dos espaços marítimos, fluviais e lacustres, e do domínio público da zona costeira em coordenação com outros órgãos ou entidades relevantes;
- b) Efectuar a fiscalização das actividades de pesca, incluindo a pesca recreativa e desportiva;
- c) Efectuar a fiscalização das actividades de exploração de recursos hídricos;
- d) Autuar e penalizar os infractores da legislação atinente à segurança marítima, poluição marinha, indústria marítima, exploração económica dos recursos vivos e não vivos, ocupação dos espaços marítimos, fluviais e lacustres, do domínio público da zona costeira;
- e) Assegurar o funcionamento da unidade de inteligência e a pertinente colaboração com as entidades nacionais e internacionais;
- f) Assegurar a inspecção das embarcações que demandem os portos nacionais de acordo com a legislação aplicável;
- g) Assegurar que as embarcações de pesca moçambicanas licenciadas para o alto mar e em águas de países terceiros realizem as suas actividades de acordo com a legislação aplicável;
- h) Propor a definição de políticas e estratégias para uma eficaz fiscalização e controlo da exploração dos recursos naturais vivos e não vivos, dos espaços marítimos, fluviais e lacustres, do domínio público da zona costeira;

- i) Propor o estabelecimento de normas que assegurem o envolvimento de outras entidades com interesses na fiscalização da pesca, incluindo os Conselhos Comunitários de Pesca;
- j) Coordenar as unidades descentralizadas de operações de fiscalização;
- k) Implementar os diversos instrumentos internacionais de que Moçambique é Parte bem como participar nos programas regionais de observação abordo no âmbito da fiscalização da pesca e segurança;
- l) Participar nos programas conjuntos de fiscalização pesqueira;
- m) Garantir o fluxo de informação que permita a emissão do certificado de legalidade de captura para a exportação de produtos da pesca;
- n) Colaborar, com outras entidades competentes, nas acções de vigilância e fiscalização sobre actividades ilícitas no mar e através do mar;
- o) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. A Direcção Nacional de Operações é dirigida por um Director Nacional, coadjuvado por um Director Nacional Adjunto.

#### ARTIGO 10

##### (Direcção de Estudos, Planificação e Infra-estruturas)

1. São funções da Direcção de Estudos, Planificação e Infra-estruturas:

- a) No domínio de Estudos e Planificação:
  - i. Coordenar os processos de elaboração de planos e orçamentos e assegurar a monitorização da sua implementação, bem como avaliar os resultados e propor a aplicação de medidas correctivas que se revelarem necessárias;
  - ii. Coordenar os processos de estabelecimento de critérios relativos à concessão de direitos de pesca, fixação de taxas por exercício de actividades económicas no domínio do mar e águas interiores, pesca, aquacultura, actividades portuárias e de inspecção do pescado, entre outras;
  - iii. Coordenar a elaboração e aplicação de modelos bio-económicos para gestão dos recursos pesqueiros;
  - iv. Coordenar a produção e publicação de Anuários Estatísticos e a realização de censos nacionais;
  - v. Elaborar os instrumentos estratégicos de planificação para o desenvolvimento do sector;
  - vi. Elaborar estudos sobre o comportamento de venda de produtos pesqueiros nos mercados domésticos e internacionais e monitorar o comportamento dos respectivos preços;
  - vii. Elaborar relatórios periódicos e ocasionais de balanços de actividade bem como produzir pareceres recomendatórios sobre os aspectos que se mostrarem pertinentes;
  - viii. Desenvolver metodologias para a colecta de dados estatísticos sobre a contribuição da economia do sector para renda nacional e Produto Interno Bruto;
  - ix. Monitorar as actividades de produção, exportação e importação de produtos pesqueiros;
  - x. Estudar formas para diversificação e o incremento de mercados de exportação da produção pesqueira nacional;

- xi.* Compilar e fazer a análise estatística de produção, produtividade, de preços do mercado e produzir as pertinentes recomendações;
  - xii.* Proceder à análise técnica de propostas de ordenamento e de planos de gestão das pescarias, das actividades aquícolas, das actividades complementares e coordenar o processo conducente à sua aprovação;
  - xiii.* Emitir pareceres sobre a formulação de estratégias de crédito e de incentivos para o desenvolvimento das áreas da marinha, águas interiores e pescas;
  - xiv.* Proceder à análise técnica de planos e projectos de desenvolvimento do sector e coordenar o processo conducente à sua aprovação;
  - xv.* Assegurar a monitorização da implementação dos planos e projectos de desenvolvimento do sector;
  - xvi.* Assegurar a organização metodológica dos processos de recolha, registo e análise das estatísticas do sector;
  - xvii.* Desenvolver acções de mobilização de financiamentos com vista a promoção do investimento público e privado e de acções que visem o incremento da valorização da produção;
  - xviii.* Promover o estabelecimento de padrões dos sistemas estatísticos do sector, a harmonização com o Sistema Estatístico Nacional e coordenar a produção e disseminação;
  - xix.* Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.
- b)* No domínio de Infra-estruturas:
- i.* Assegurar a concepção e a adopção de políticas e medidas de implantação de infra-estruturas no geral e em particular a implantação, organização e funcionamento de redes de infra-estruturas e equipamento de apoio às actividades do sector;
  - ii.* Estabelecer critérios e normas para a autorização da implantação de infra-estruturas e equipamento nos espaços marítimos, fluviais e lacustres;
- iii.* Definir os requisitos de elaboração e critérios de avaliação de projectos de construção de infra-estruturas e equipamento do sector;
- iv.* Emitir pareceres e recomendações sobre planos e projectos de instalação de infra-estruturas e de realização de obras no mar e águas interiores, em coordenação com outros órgãos ou entidades relevantes;
- v.* Pronunciar-se sobre as especificações técnicas de construção de embarcações de pesca tendo em vista à sua conformação com as diversas classificações da pesca;
- vi.* Pronunciar-se previamente sobre o arranjo geral e as especificações técnicas das infra-estruturas de pesca e de aquacultura;
- vii.* Registar e cadastrar os equipamentos do sector de acordo com os padrões restritos de segurança da actividade de pesca e aquacultura;
- viii.* Promover a extensão e utilização de tecnologias e métodos adequados no domínio de infra-estruturas de apoio à pesca, aquacultura e estaleiros navais;
- ix.* Promover o desenvolvimento de infra-estruturas e equipamentos de apoio à navegação, pesca e aquacultura;
- x.* Promover a optimização de utilização das infra-estruturas e equipamentos públicos de reparação naval, manuseamento, processamento, conservação e armazenamento dos produtos da pesca;

- xi.* Promover parcerias público-privadas para o desenvolvimento de infra-estruturas navais, de apoio à pesca e de aquacultura, definindo as diversas opções de utilização;
- xii.* Propor normas relativas ao funcionamento das infra-estruturas e equipamento do sector;
- xiii.* Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. A Direcção de Estudos, Planificação e Infra-estruturas é dirigida por um Director Nacional, coadjuvado por um Director Nacional Adjunto.

#### ARTIGO 11

##### (Gabinete Jurídico)

##### 1. São funções do Gabinete Jurídico:

- a)* Emitir pareceres e prestar demais assessoria jurídica;
- b)* Dar tratamento aos processos de contencioso administrativo e judicial referentes às atribuições do Ministério do Mar, Águas interiores e Pescas;
- c)* Zelar pelo cumprimento e observância da legislação aplicável ao sector;
- d)* Propor providências legislativas que julgue necessárias;
- e)* Pronunciar-se sobre o aspecto formal das providências legislativas das áreas do Ministério e colaborar no estudo e elaboração de projectos de diplomas legais;
- f)* Emitir pareceres sobre processos de natureza disciplinar, regularidade formal da instrução e adequação legal da pena proposta;
- g)* Emitir parecer sobre processos de inquérito e sindicância e sobre adequação do relatório final à matéria investigada;
- h)* Emitir parecer sobre as petições e reportar para os órgãos competentes sobre os respectivos resultados;
- i)* Analisar e dar forma aos contratos, acordos, tratados, convenções e outros instrumentos de natureza legal e participar das respectivas negociações;
- j)* Investigar e proceder a estudos de direito comparado, tendo em vista a elaboração ou o aperfeiçoamento da legislação inerente ao ordenamento dos espaços marítimos, fluviais e lacustres, bem como para a gestão dos recursos pesqueiros e da aquacultura;
- k)* Pronunciar-se sobre propostas e ou recursos relativos às sanções e multas aplicadas sobre as infracções às leis e regulamentos do sector, que sejam submetidos à sua apreciação pelo Ministro;
- l)* Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

##### 2. O Gabinete Jurídico é dirigido por um Director Nacional.

#### ARTIGO 12

##### (Gabinete do Ministro)

##### 1. São funções do Gabinete do Ministro:

- a)* Organizar e programar as actividades do Ministro, Vice-Ministro e Secretário Permanente;
- b)* Prestar assessoria ao Ministro, Vice-Ministro nos vários domínios das áreas de actividade do Ministério;
- c)* Prestar assistência logística, técnica e administrativa ao Ministro, Vice-Ministro e Secretário Permanente;
- d)* Proceder ao registo de entrada e saída da correspondência, organizar a comunicação dos despachos aos interessados e o arquivamento dos documentos de expediente do Ministro, Vice-Ministro;

- e) Proceder à transmissão e o controlo da execução das decisões e instruções do Ministro, Vice-Ministro;
- f) Assegurar o protocolo ao Ministro, Vice-Ministro e Secretário Permanente nas relações com o público e outras entidades;
- g) Assegurar a triagem e dar celeridade ao expediente dirigido ao Gabinete do Ministro;
- h) Organizar e secretariar as sessões dos colectivos do Ministério e as demais reuniões dirigidas pelo Ministro;
- i) Preparar e organizar as deslocações do Ministro, Vice-Ministro e Secretário Permanente, para dentro e fora do país;
- j) Executar as demais actividades de apoio administrativo às unidades orgânicas do Ministério.
- k) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. O Gabinete do Ministro é dirigido por um Chefe de Gabinete.

#### ARTIGO 13

##### (Departamento de Recursos Humanos)

1. São funções do Departamento de Recursos Humanos:

- a) Assegurar o cumprimento do Estatuto Geral dos Funcionários e Agentes do Estado e demais legislação aplicável aos funcionários e agentes do Estado do Ministério;
- b) Elaborar e gerir o quadro de pessoal do Ministério;
- c) Assegurar a realização da avaliação do desempenho dos funcionários e agentes do Estado do Ministério;
- d) Organizar, controlar e manter actualizado o e-SIP do sector, de acordo com as orientações e normas definidas pelos órgãos competentes;
- e) Produzir estatísticas internas sobre recursos humanos do Ministério;
- f) Implementar e monitorar a política de desenvolvimento de recursos humanos do sector;
- g) Planificar, coordenar e assegurar as acções de formação e capacitação profissional dos funcionários e agentes do Estado dentro e fora do país;
- h) Implementar as actividades no âmbito das políticas e estratégias do HIV e SIDA, Género e pessoa portadora de deficiência na Função Pública;
- i) Implementar as normas e estratégias relativas à saúde, higiene e segurança no trabalho;
- j) Assistir o Ministro nas acções de diálogo social e consulta no domínio das relações laborais e da sindicalização;
- k) Implementar as normas de previdência social dos funcionários e agentes do Estado;
- l) Gerir o sistema de carreiras e remunerações e benefícios dos funcionários e agentes do Estado;
- m) Planificar, implementar e controlar os estudos colectivos de legislação;
- n) Participar nos processos relativos à definição de políticas de selecção e recrutamento de pessoal;
- o) Executar os procedimentos relativos à admissão, mobilidade e progressão do pessoal nas carreiras profissionais;
- p) Assegurar a actualização dos qualificadores profissionais do sector;
- q) Participar na definição do quadro legal e pedagógico dos estabelecimentos de formação técnico-profissional da marinha e pesca;

- r) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. O Departamento de Recursos Humanos é dirigido por um Chefe de Departamento Central Autónomo.

#### ARTIGO 14

##### (Departamento de Administração e Finanças)

1. São funções do Departamento de Administração e Finanças:

- a) Elaborar a proposta do orçamento do Ministério de acordo com as metodologias e normas estabelecidas;
- b) Executar o orçamento de acordo com as normas de despesa internamente estabelecidas e com as disposições legais aplicáveis;
- c) Controlar a execução dos fundos alocados aos projectos ao nível do Ministério e prestar contas às entidades interessadas;
- d) Administrar os bens patrimoniais do Ministério de acordo com as normas e regulamentos estabelecidos pelo Estado e garantir a sua correcta utilização, manutenção, protecção, segurança e higiene;
- e) Determinar as necessidades de material de consumo corrente e outro, e proceder à sua aquisição, armazenamento, distribuição e ao controlo da sua utilização;
- f) Elaborar a conta de gerência do Ministério e submeter ao Ministério da Economia e Finanças e ao Tribunal Administrativo;
- g) Assegurar a liquidação e pagamento das remunerações e abonos do pessoal;
- h) Zelar pelo cumprimento das leis, regulamentos e outras disposições legais de carácter administrativo e financeiro;
- i) Proceder à tramitação do expediente relativo a viagens internas e internacionais;
- j) Realizar tarefas de apoio logístico de carácter geral;
- k) Zelar pela manutenção da ordem no recinto do Ministério, controlando a circulação dos utentes e outras pessoas estranhas;
- l) Implementar o Sistema Nacional de Arquivos do Estado;
- m) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. O Departamento de Administração e Finanças é dirigido por um Chefe de Departamento Central Autónomo.

#### ARTIGO 15

##### (Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação)

1. São funções do Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação:

- a) Coordenar a manutenção e instalação da rede que suporta os sistemas de informação e comunicação ao nível central e provincial e estabelecer os padrões de ligação e uso dos respectivos equipamentos terminais;
- b) Propor a política concernente ao acesso, utilização e segurança dos sistemas e tecnologias de comunicação do sector;
- c) Elaborar propostas de planos de introdução das novas tecnologias de informação e comunicação no sector;
- d) Conceber e propor os mecanismos de uma rede informática no sector para apoiar a actividade administrativa;

- e) Propor a definição de padrões de equipamento informático, hardware e software a adquirir para o Ministério e suas instituições tuteladas;
- f) Administrar, manter e desenvolver a rede de computadores do Ministério;
- g) Gerir e coordenar a informatização de todos os sistemas de informação do Ministério e suas instituições tuteladas;
- h) Orientar e propor a aquisição, expansão e substituição de equipamentos de tratamento de informação;
- i) Participar na criação, manutenção e desenvolvimento de um banco de dados para o processamento de informação estatística;
- j) Orientar e propor a formação do pessoal do Ministério na área de informática e tecnologias de informação e comunicação;
- k) Coordenar a instalação, expansão e manutenção da rede, que suporte os sistemas de informação locais, estabelecendo os padrões de ligação e uso dos respectivos equipamentos terminais;
- l) Promover trocas de experiências sobre o acesso e utilização das novas tecnologias de informação e comunicação;
- m) Planificar, projectar, implantar e manter os serviços multimédia e de comunicação através de telefonia, vídeo-conferência e outros;
- n) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. O Departamento de Tecnologias de Informação e Comunicação é dirigido por um Chefe de Departamento Central Autónomo.

#### ARTIGO 16

##### (Departamento de Comunicação e Imagem)

1. São funções do Departamento de Comunicação e Imagem:
  - a) Estudar e elaborar propostas de estratégia de comunicação do Ministério;
  - b) Assegurar e garantir a comunicação do Ministro, Vice-Ministro e Secretário Permanente com o público, imprensa e as relações com outras entidades;
  - c) Elaborar periodicamente e sempre que necessário, planos de comunicação do Ministério;
  - d) Editar e manter em funcionamento o portal do Ministério do Mar, Águas interiores e Pescas;
  - e) Produzir e coordenar a imagem gráfica da publicidade sobre as realizações do sector;
  - f) Assegurar a utilização de uma imagem consistente e actualizada do Ministério nos vários suportes, incluindo publicidade, brochuras, folhetos, impressos e edições;
  - g) Organizar conferências de imprensa para a divulgação de incitativas de relevo no âmbito das actividades do Ministério;
  - h) Recolher e analisar a informação veiculada pelos órgãos de comunicação social relativa ao sector e promover a sua divulgação interna;
  - i) Recolher, gerir e tratar informação relevante de todas unidades orgânicas e instituições do Ministério e escolher os públicos-alvo, definindo os meios mais adequados para a sua divulgação;
  - j) Arquivar informação referente às diversas acções de comunicação realizadas;
  - k) Apoiar a elaboração de Boletim Informativo estatístico do sector;

- l) Produzir e editar a revista especializada do sector;
- m) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. O Departamento de Comunicação e Imagem é dirigido por um Chefe de Departamento Central Autónomo.

#### ARTIGO 17

##### (Departamento de Aquisições)

1. São funções do Departamento de Aquisições:

- a) Efectuar o levantamento das necessidades de contratação do Ministério;
- b) Preparar e realizar a planificação anual das contratações;
- c) Elaborar os documentos de concursos;
- d) Apoiar e orientar as demais áreas do Ministério na elaboração do catálogo contendo as especificações técnicas e outros documentos importantes para a contratação;
- e) Prestar assistência aos júris e zelar pelo cumprimento de todos os procedimentos pertinentes;
- f) Administrar os contratos e zelar pelo cumprimento de todos os procedimentos atinentes ao seu objecto;
- g) Manter a adequada informação sobre o cumprimento dos contratos e sobre a actuação dos contratados;
- h) Zelar pelo arquivo adequado dos documentos de contratação;
- i) Realizar outras actividades que lhe sejam superiormente determinadas nos termos do presente Estatuto e demais legislação aplicável.

2. O Departamento de Aquisições é dirigido por um Chefe de Departamento Central Autónomo.

#### CAPÍTULO IV

##### Colectivos

#### ARTIGO 18

##### (Colectivos)

1. No Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas funcionam os seguintes Colectivos:

- a) Conselho Coordenador;
- b) Conselho Consultivo;
- c) Conselho Técnico;
- d) Comissão Permanente de Investigação de Acidentes e Incidentes Marítimos.

2. O Ministro que superintende o sector do mar, águas interiores e pescas, no quadro das especificidades do sector, pode criar e ou propor, à entidade competente, a criação de outros órgãos colegiais especializados.

#### ARTIGO 19

##### (Conselho Coordenador)

1. O Conselho Coordenador é o órgão através do qual o Ministro que superintende o sector do Mar, Águas Interiores e Pescas coordena, planifica e controla a acção conjunta dos órgãos centrais e locais do Ministério e das instituições tuteladas.

2. São funções do Conselho Coordenador:

- a) Coordenar e avaliar as actividades das unidades orgânicas centrais e locais e das instituições tuteladas, tendente à realização das atribuições e competências do Ministério;
- b) Pronunciar-se sobre planos, políticas e estratégias relativas as atribuições e competências do Ministério e fazer as necessárias recomendações;



- c) Fazer o balanço dos programas, plano e orçamento anual das actividades do Ministério;
- d) Promover a aplicação uniforme de estratégias, métodos e técnicas com vista à realização das políticas do sector;
- e) Propor e planificar a execução das decisões dos órgãos centrais do Estado em relação aos objectivos principais do desenvolvimento do Ministério.

3. O Conselho Coordenador tem a seguinte composição:

- a) Ministro
- b) Vice-Ministro
- c) Secretário Permanente;
- d) Inspector-Geral Sectorial;
- e) Directores Nacionais;
- f) Assessores do Ministro;
- g) Inspector-Geral Sectorial Adjunto;
- h) Directores Nacionais Adjuntos;
- i) Chefe de Gabinete do Ministro;
- j) Chefes de Departamento Centrais;
- k) Dirigentes provinciais que superintendem as áreas do Ministério;
- l) Titulares das instituições tuteladas e subordinadas e respectivos adjuntos.

3. São convidados a participar no Conselho Coordenador, em função da matéria, técnicos e especialistas com tarefas a nível central e local do Estado, bem como parceiros do sector.

4. O Conselho Coordenador reúne ordinariamente uma vez por ano e, extraordinariamente, quando autorizado pelo Presidente da República.

ARTIGO 20

**(Conselho Consultivo)**

1. O Conselho Consultivo é convocado e dirigido pelo Ministro do Mar, Águas interiores e Pescas e tem as seguintes funções:

- a) Pronunciar-se sobre planos, políticas e estratégias relativas as atribuições e competências do Ministério e controlar a sua execução;
- b) Pronunciar-se sobre o orçamento anual do Ministério e respectivo balanço de execução;
- c) Estudar as decisões dos órgãos superiores do Estado e do Governo relativas ao sector;
- d) Controlar a implementação das recomendações do Conselho Coordenador;
- e) Pronunciar-se, quando solicitado, sobre projectos de diplomas legais a submeter à aprovação dos órgãos do Estado competentes;
- f) Pronunciar-se sobre aspectos de organização e funcionamento do Ministério.

2. O Conselho Consultivo tem a seguinte composição:

- a) Ministro;
- b) Vice-Ministro;
- c) Secretário Permanente;
- d) Inspector-Geral Sectorial;
- e) Directores Nacionais;
- f) Assessores de Ministro;
- g) Inspector-Geral Sectorial Adjunto;
- h) Directores Nacionais Adjuntos;
- i) Chefe de Gabinete do Ministro;
- j) Chefes de Departamentos Centrais Autónomos;
- k) Titulares executivos das instituições tuteladas e subordinadas e respectivos adjuntos.

3. O Ministro pode, em função da matéria agendada, dispensar das sessões do Conselho Consultivo os membros referidos nas alíneas g), h), j) e k).

4. Podem participar nas sessões do Conselho Consultivo, na qualidade de convidados outros especialistas, técnicos e parceiros a serem designados pelo Ministro, em função das matérias a serem tratadas.

5. O Conselho Consultivo reúne ordinariamente de quinze em quinze dias e extraordinariamente sempre que o Ministro o convocar.

ARTIGO 21

**(Conselho Técnico)**

1. O Conselho Técnico é o órgão de carácter consultivo convocado e dirigido pelo Secretário Permanente, resguarda a prerrogativa do Ministro, sempre que entender, dirigi-lo pessoalmente e tem função consultiva no domínio de matérias técnicas a cargo do Ministério.

2. São funções do Conselho Técnico:

- a) Coordenar as actividades das unidades orgânicas do Ministério;
- b) Analisar e emitir pareceres sobre a organização e programação da realização das atribuições e competências do Ministério;
- c) Analisar e emitir pareceres sobre projectos do Plano e Orçamento das actividades do Ministério;
- d) Apreçar e emitir pareceres sobre projectos de relatórios e balanço de execução do Plano e Orçamento do Ministério;
- e) Harmonizar as propostas dos relatórios de balanço periódico do Plano Económico e Social;
- f) Estudar e emitir pareceres sobre aspectos de carácter técnico-científico relacionados com as actividades do sector.

3. O Conselho Técnico tem a seguinte composição:

- a) Secretário Permanente;
- b) Inspector-Geral Sectorial;
- c) Directores Nacionais;
- d) Assessores de Ministro;
- e) Inspector-Geral Sectorial Adjunto;
- f) Directores Nacionais Adjuntos;
- g) Chefe do Gabinete do Ministro;
- h) Chefes de Departamentos Centrais Autónomos.

4. Podem participar nas sessões do Conselho Técnico, na qualidade de convidados, os titulares das instituições tuteladas e subordinadas e respectivos adjuntos, bem como outros técnicos, especialistas e entidades a serem designadas pelo Secretário Permanente, em função das matérias a serem tratadas.

5. O Conselho Técnico reúne uma vez por semana e extraordinariamente sempre que necessário.

ARTIGO 22

**(Comissão Permanente de Investigação de Acidentes e Incidentes Marítimos)**

1. A Comissão Permanente de Investigação de Acidentes e Incidentes Marítimos – CPIAM é um órgão de consulta técnico especializado do Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas, encarregue de realizar a investigação dos acidentes e incidentes marítimos, produzidos dentro das águas interiores e no mar territorial, bem como os que ocorrem para além do mar territorial, quando sejam de interesse para o país.

2. Integram a Comissão Permanente de Investigação de Acidentes e Incidentes Marítimos:

- a) Representantes do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas;
- b) Representantes do Ministério dos Transportes e Comunicações;

- c) Representantes do Ministério da Defesa Nacional;
- d) Representantes do Ministério do Interior;
- e) Representantes do Ministério da Administração Estatal e Função Pública;
- f) Representantes do Ministério dos Recursos Minerais e Energia;
- g) Representantes do Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural.

3. Sempre que se mostre necessário, podem ser convidados a integrar as acções de investigação da CPIAM, outros sectores e entidades especializadas.

4. A composição e estrutura são fixadas pelo Ministro do Mar, Águas Interiores e Pescas.

### **Resolução n.º 13/2015**

**de 1 de Julho**

Havendo necessidade de aprovar os qualificadores profissionais das Carreiras Médico e Médico Dentista, sob proposta do Ministério da Saúde, ouvido o Órgão Director Central do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 4 do Decreto Presidencial n.º 3/2015, de 20 de Fevereiro, a Comissão Interministerial da Administração Pública delibera:

Artigo 1. São aprovados os qualificadores Profissionais das Carreiras Médico e Médico Dentista, constante do Anexo II ao Decreto n.º 54/2009, de 8 de Setembro.

Art. 2. A presente Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Aprovada pela Comissão Interministerial da Administração Pública, aos 21 de Maio de 2015.

Publique-se.

A Presidente, *Carmelita Rita Namashulua*.

*Anexo*

### **Grupo Salarial 18**

#### **Carreira de Medicina Familiar e Comunitária**

##### *Categoria*

Especialista Consultor em Medicina Familiar e Comunitária

##### *Conteúdo de trabalho*

- Colabora na definição de políticas, estratégias e na regulamentação ou na revisão dos programas de saúde;
- Promove a investigação na área de saúde familiar e comunitária e em sistemas de saúde e analisa os seus resultados, transformando-os em planos de acção para o desenvolvimento do sector;
- Exerce funções de docência, em especial a nível de pós-graduação médica e outras áreas de saúde;
- Dirige ou participa na execução e avaliação de projectos da sua área de especialidade, promovendo se necessário, a colaboração de outros profissionais ou sectores e a sua articulação;
- Desenvolve interações e actividades interdisciplinares e interinstitucionais que permitam conhecer o tecido comunitário para a resolução de problemas da comunidade;
- Realiza outras actividades de idêntica complexidade sempre que seja necessário.

##### *Requisitos*

Estar enquadrado na categoria de Especialista Principal em Medicina Familiar e Comunitária, escalão 4, ter classificação de desempenho não inferior a bom nos últimos três anos e ser aprovado em concurso de promoção; ou

Estar enquadrado na categoria de Especialista Principal em Medicina Familiar e Comunitária, há pelo menos, 7 anos, ter realizado e publicado pelo menos 1 trabalho de investigação científica da sua área profissional.

##### *Categoria*

Especialista Principal em Medicina Familiar e Comunitária

##### *Conteúdo de trabalho*

Implementa práticas motivacionais com base nas dinâmicas de grupo com a finalidade de influenciar na mudança de comportamento e hábitos de vida familiar e comunitária;

Intervém no diagnóstico de saúde familiar, analisando as mudanças no familiograma e no ciclo de vida familiar, usando técnicas de intervenção educativa e de apoio as famílias, para identificar alternativas aos problemas de saúde;

Coordena a recolha e tratamento de informação estatística e epidemiológica com interesse em saúde;

Realiza programas e projectos para a promoção da saúde e prevenção da doença na população em geral ou em grupos específicos e na determinação dos seus custos;

Exerce funções de docência, em especial a nível de pós-graduação médica e outras áreas de saúde;

Promove educação para a saúde familiar e comunitária, proceder estudos e pesquisas no campo demográfico e no perfil epidemiológico ao seu nível, propor actividades convenientes e revisões de políticas e estratégias ou alterações na regulamentação de programas;

Realiza outras actividades de idêntica complexidade sempre que seja necessário.

##### *Requisitos*

Estar enquadrado na categoria de Especialista Assistente em Medicina Familiar e Comunitária, escalão 4, ter classificação de desempenho não inferior a bom nos últimos três anos e ser aprovado em concurso de promoção; ou

Estar enquadrado na categoria de Especialista Assistente em Medicina Familiar e Comunitária, há pelo menos, 7 anos, ter realizado e publicado pelo menos 2 trabalhos de investigação científica da sua área profissional.

##### *Categoria*

Especialista Assistente em Medicina Familiar e Comunitária

##### *Conteúdo de trabalho*

Promove abordagens integradas das componentes biopsicossocial;

Implementa práticas motivacionais com base nas dinâmicas de grupo com a finalidade de influência na mudança de comportamento e hábitos de vida familiar e comunitária;

Intervém no diagnóstico de saúde familiar, analisando as mudanças no familiograma e no ciclo de vida familiar, usando técnicas de intervenção educativa e de apoio as famílias, para identificar alternativas aos problemas de saúde;

Fornece cuidados de saúde nas doenças mais frequentes, incluindo as doenças crónicas não transmissíveis;